O direito social ao lazer no município de Itacoatiara-AM/Brasil: da fábula à realidade

Dr. Marcelo Silva dos Santos – marceloss2003@gmail.com
Instituto Federal do Amazonas (IFAM)

Almir Chaves Lopes Neto - netoalmir88@gmail.com
Instituto Federal do Amazonas (IFAM)

Francisca Natália A. Belém - nataliabelem16@bol.com.br
Instituto Federal do Amazonas (IFAM)

Bianca Dias Pará - biancap.dias@hotmail.com.br
Instituto Federal do Amazonas (IFAM)

Jefté Rodrigues da Silva - jrds.105613@gmail.com
Instituto Federal do Amazonas (IFAM)

Thiago Baleiro Neves - i.thiagoneves@gmail.com
Instituto Federal do Amazonas (IFAM)

Resumo: O artigo é uma síntese provisória de uma iniciação científica júnior que tem como objeto estudar o Lazer como um fenômeno social significativo no município de Itacoatiara (Estado do Amazonas no Brasil). Tendo como ponto de partida as reflexões e os questionamentos advindos dos momentos de vivências de conteúdos da disciplina educação física da turma do ensino Médio integrado de informática do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) Campus de Itacoatiara e como pressuposto o lazer como Direito Social, foi realizada uma pesquisa documental em alguns órgãos públicos do município, foi feita uma observação direta dos pesquisadores nos equipamentos e foram colhidos depoimentos de frequentadores. Com base na pesquisa, afirma-se que a comunidade Itacoatiarense está muito distante da possibilidade de ter o Lazer garantido enquanto um Direito Social Constitucional. Além dos espaços públicos serem insuficientes para atender o conjunto da população, não são oferecidas condições necessárias para o usufruto do lazer. A investigação possibilitou aos alunos identificar os equipamentos de lazer numa perspectiva crítica, reconhecer a realidade do município e ter a perspectiva de transformá-lo através da reivindicação e participação ativa na discussão no Plano Diretor e na criação de ambientes alternativos como prática de resistência.

Palavras-chaves: Lazer, Direito Social, Contradições.

INTRODUÇÃO

O lazer, enquanto fenômeno relativamente recente na história da humanidade (DIAS, 2009; MELO & EDMUNDO, 2003), constitui-se hodiernamente em campo de estudo fecundo. A partir dos anos 1970/80 com os estudos de Dumazedier (1979), o lazer passa de uma visão estrita de entretenimento, ao sabor das visões funcionalistas do lazer, até então, hegemonicamente presentes.

E, nesses estudos, muito se tem falado sobre a importância do aspecto educativo do lazer. Segundo Marcellino (1998) esse aspecto educativo não pode ser compreendido como aquele realizado pelo espaço escolar. O autor entende concebe a distinção entre educação sistemática, realizada pela escola e a assistemática, em que o lazer se insere.

Essas esferas são interligadas, mas não se confundem, pois conceitualmente o lazer tem uma denotação diferente do espaço escolar. Pelas conceituações largamente difundidas, embora não consensuais, entende-se o mesmo como sendo "a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciado (praticada ou fruída) no "tempo disponível". O importante, como traço definidor, é o caráter "desinteressado" dessa vivência" (MARCELLINO, 1990, p 15).

Assim, o espaço escolar, enquanto obrigação social, foge do aspecto do "tempo livre" asseverado. Não obstante, o espaço escolar pode contribuir com uma formação para o lazer, em termos da sua compreensão de fenômeno culturalmente determinado e historicamente situado. Uma das tarefas que a escola pode e deve assumir é a responsabilidade de garantir que o educando se aproprie das questões problemáticas que envolvem o Lazer e, consequentemente, o exercício do tempo livre. Ao contrário do que entendemos, o que se percebe é a existência de uma resposta positiva dos indivíduos aos determinismos do meio cultural e de agentes como mídia, a moda e o consumismo, tornando-nos, dessa forma, meros consumidores acríticos e alienados desta dimensão da vida.

E, nessa linha, um aspecto essencial da compreensão é sobre os espaços construídos para o lazer. Com base nisso, as reflexões ocorridas nas vivências de alguns conteúdos do lazer proporcionadas pela disciplina Educação Física, iniciaram um processo de indagação pelos alunos sobre os "equipamentos de lazer" oferecidos pelo município de Itacoatiara.

De acordo com Bruhns (1997) os espaços de lazer entendidos como equipamentos podem ser divididos em específicos e não específicos. Sobre esses últimos são entendidos como ambientes que, a princípio, não foram concebidos ou planejados para o lazer,

> "mas que pode ter a sua apropriação ampliada para outras atividades, sendo entendido então como um espaço possível de fruição do lazer em muitos momentos do tempo de nossa existência pessoal e de nossas interações sociais." (BRUHNS, 1997, p. 116).

Como exemplos temos a rua, a escola etc.

Já os equipamentos específicos são aqueles construídos para o lazer. Segundo Marcelino (1983), os espaços de lazer são um elemento essencial à sua fruição, pois o espaço aponta para um determinado interesse ou interesses no campo do lazer. Acrescenta,

> Democratizar o lazer implica em democratizar o espaço. Muito embora as pesquisas realizadas na área das atividades desenvolvidas no tempo livre

> enfatizem a atração exercida pelo tipo de equipamento construído, deve-se considerar que, para a efetivação das características do lazer é necessário, antes de tudo, que ao tempo disponível corresponda um espaço disponível (MARCELLINO, 1983, p. 57).

E, claro, cada espaço de lazer poderá apontar para um ou mais interesses no campo do lazer. De acordo com Melo e Júnior (2003) esses podem ser divididos em interesses físicos, artísticos, manuais, intelectuais e sociais. De acordo com esses autores, os espaços de lazer, com base nesses interesses, têm sido construídos em função dos interesses econômicos de se atender a minorias mais abastadas em detrimento da maioria da população. Tomando como exemplo o caso do Rio de Janeiro, Melo et al (ibid.) destacam que,

> As cidades estão cada vez mais fragmentadas, cada vez mais rigidamente compartimentadas em blocos e submetidas a administrações que privilegiam os grupos economicamente poderosos. Enquanto as zonas mais ricas das cidades preservam certa harmonia de formas e são motivos de preocupação constante dos poderosos governamentais, os subúrbios e as periferias estão cada vez mais desgastados e sensivelmente abandonados. (2003, p. 48-49).

De acordo com eles, o Rio de Janeiro é uma cidade rica em equipamentos culturais diversos, abrigando redes de teatro, cinemas, bibliotecas, centros culturais etc; é notório observar como esses se apresentam desigualmente distribuídos, já que boa parte construídos em áreas da população de maior poder aquisitivo. Pode-se falar mesmo em duas cidades dentro de uma, onde uma parcela (restrita) tem acesso aos bens culturais, ao passo que a maioria da população fica alijada do acesso ao lazer.

A luta pelo direito à cidade e, consequentemente, ao lazer é um processo histórico em construção que não deve ser perdido de vista, como bem coloca Harvey (1989), o direito à cidade é bem mais que o direito individual ou o direito de determinados grupos sociais terem acesso aos recursos que a cidade oferece. É o direito de reinventar ou até mesmo mudar a cidade a partir de aspirações e desejos, o que depende do exercício coletivo do poder sobre os processos de urbanização.

Na mesma linha acrescenta Rechia (2015) quando aponta que

> para tornar a cidade um espaço público de encontro, solidariedade, trabalho cooperativo, lazer, esporte e cultura, entre outras dimensões, na qual os serviços públicos sejam de qualidade, atendam à maioria e sejam considerados de todos, é necessário que estejamos atentos ao conceito de cidadania e que tal situação social esteja na pauta das políticas públicas brasileiras (p.45).

O lazer como campo desenvolve-se em um contexto social complexo e contraditório, no qual se dão relações sociais desiguais que resultam em diferentes arenas culturais, significativamente influenciadas pelo consumo e perpassadas pela luta de classes. “É nessas arenas que se dão as disputas entre aqueles que possuem o acúmulo maior de capital para intervir” (SILVA, 2015, p. 172).

Esse processo não se limita aos grandes centros urbanos, mas também em cidades de pequeno e médio porte (caso de Itacoatiara). Na guisa de compreender e trabalhar pedagogicamente esse fenômeno destacaremos nossa compreensão sobre o duplo aspecto educativo do lazer.

Essa temática perpassou boa parte das produções sobre o lazer, no final do século passado, pois discutir o lazer implicava/implica compreender o seu duplo aspecto educativo: a educação pelo e para o lazer (MARCELLINO, 1998; MELO & JUNIOR, 2003). Assim, educar pelo e para o lazer é entender os seus vários interesses como veículo de educação que apontam para valores questionadores, tornando os sujeitos mais críticos e criativos, na busca de seu desenvolvimento tanto individual quanto social (MARCELLINO, 1990).

Compartilhamos, portanto, da visão de Marcellino (1989) quando concebe o lazer “como possibilidade privilegiada, enfatizada, para a vivência (em conteúdo e forma, enquanto produto e processo) de valores que embasem mudanças, ou abram perspectivas para mudanças de ordem moral e cultural, necessárias para a implementação de uma nova ordem social” (p. 40).

Por esse duplo aspecto Marcellino (1990; 2006) nos chama atenção sobre a postura e os níveis do lazer. Segundo ele a postura passiva ou ativa, depende da atitude que o indivíduo assume. Assim, tanto a prática quanto o consumo dependem de níveis de participação que podem ser classificados em: Elementar: caracterizado pelo conformismo; Médio: em que prepondera a criticidade; e Superior ou inventivo: em que impera a criatividade.

Essa referência é importante quando pensamos numa educação para o lazer, via espaço escolar. Embora as atividades na escolar não possam ser consideradas vivências do lazer, pelo conceito que aludimos anteriormente, ela pode contribuir com esse campo.

Segundo Marcellino (1998),

> Uma nova pedagogia embasadora de uma nova prática educativa e realimentada através dessa própria prática, considerando o lazer como canal possível de atuação no plano cultural, de modo integrado com a escola, no sentido de contribuir para a elevação do senso comum, numa perspectiva de transformação da realidade social, sempre em conexão com outras esferas de atuação política (p. 41).

Nessa linha, nos inspiramos numa importante experiência (FARINATTI & FERREIRA, 2006), na qual foi realizado um projeto sobre o mapeamento das áreas de lazer na cidade de Teresópolis, feita por alunos de um colégio estadual. Sendo assim, iniciou-se com alguns alunos

voluntários do 1º e 2º ano do Curso Técnico Integrado em Informática do Instituto Federal do Amazonas Campus Itacoatiara um projeto de iniciação científica de identificação de espaços públicos, qualificação da forma de ocupação, bem como de o estado de conservação dos espaços de lazer como forma de expor as contradições no referido município.

MATERIAIS E MÉTODOS

No tocante aos aspectos metodológicos, este estudo parte da perspectiva descritiva de pesquisa, numa abordagem qualitativa. Tem por característica a descrição interpretativa dos sujeitos e das situações envolvidas com o máximo de abrangência e detalhamento sobre os fatos e fenômenos investigados. Seu foco essencial está em conhecer os traços característicos do objeto, as pessoas envolvidas, o espaço, os valores, as contradições etc. (TRIVIÑOS, 1987).

O trabalho foi realizado através da combinação de pesquisa documental e de campo, com a inserção dos pesquisadores nos equipamentos investigados. A pesquisa documental foi realizada junto a Secretaria de Juventude Esporte e Lazer, Secretaria de Administração Municipal, Biblioteca Municipal, Secretaria de Cultura por análise de conteúdo, a Chefia de Gabinete da prefeitura; e Câmara Municipal (GIL, 1991).

A pesquisa de campo foi realizada, através da observação participante, com utilização de diário de campo e depoimentos aleatórios como complementação de informações. Além disso, registro de imagens com máquina fotográfica ou aparelho celular foram utilizados.

Pensando na questão educativa do lazer, foi proposto aos 12 alunos participantes uma divisão de 6 duplas, cada qual responsável pela observação de um setor. As observações foram feitas de maneira assistemática, de acordo com a disponibilidade de horário dos pesquisadores, sendo garantido, no entanto, em cada setor, observações repetidas em turnos distintos (diurno e noturno), bem como em dias úteis/finais de semana e férias escolares de julho no corrente ano. Ao orientador coube fazer a pesquisa documental nas repartições públicas. Logo em seguida foram marcados encontros semanais como forma de dar um tratamento científico aos dados coletados e descritos no diário de campo.

Cumpre ressaltar que antes foi feito um trabalho de instrumentalização teórica acerca do lazer no que concede: aos conceitos do lazer; os interesses culturais do lazer; os equipamentos específicos e não específicos e a mercadorização do lazer. Isso se fez importante na medida em que se observava a compreensão dos alunos de forma muito confusa, acerca da temática. Os alunos, em geral, compreendiam o lazer apenas na visão de senso comum, ou seja, apenas como divertimento. Esse trabalho teve como referência principal a identificação dos equipamentos, a qualificação dos mesmos e por último uma classificação quanto ao seu estado de Conservação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espaços e equipamentos são componentes dinâmicos de uma Política Pública de Lazer, estando em constante transformação. Embora as transformações sejam inerentes às cidades, o modo com que elas se manifestam são diferentes. Nota-se um movimento crescente de construção de shoppings centers com dimensões gigantescas, parques de diversões etc que nem toda cidade acompanha.

Embora o lazer, tal como o conhecemos hoje, seja comumente caracterizado como uma problemática tipicamente urbana, característica das grandes cidades, questiona-se o lazer em outras regiões do país, nem tão grandes, nem tão urbanizadas mas que tem seres humanos e que, portanto, não somente podem, como têm o direito de desfrutar do lazer como o município de Itacoatiara/AM.

No que se refere à pesquisa documental, após percorrer as Secretarias de Juventude Esporte e Lazer, de Cultura e Administração; a Chefia de Gabinete da prefeitura; e Câmara Municipal, o único documento que se teve acesso foi a "Lei do Plano Diretor participativo do Município de Itacoatiara de 20 de Dezembro de 2006".

O lazer é mencionado de uma forma periférica e inerte. Periférica por que não possui nenhum capítulo, seção ou artigo específico como outros direitos. Inerte porque das sete citações, em três ele aparece de forma solta no documento, desprovido de um significado sociológico e em quatro de forma imperativa: o Artigo 20 "III – implantar equipamentos públicos de educação, saúde, cultura e lazer"; Artigo 121 "V – criação de novos parques, praças e áreas de lazer"; Artigo 49 "VI – criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes"; e Artigo 15 "VI – implantar parques e áreas de lazer", porém sem esclarecimento do como, nem quando. Fato que pôde ser comprovado com a pesquisa de campo. Ao contrário de implantar e criar, o que se observa, conforme registro fotográfico é a deterioração dos existentes.

Em relação à pesquisa de Campo, o objetivo foi plenamente atingido. Embora o município tenha uma extensão territorial de 8892,038 km² e uma população estimada de 98.503 em 2016 segundo o IBGE, o estudo está abrangendo somente a parte urbana que compreende 102.212 Km² e uma população de aproximadamente 60 mil habitantes aproximadamente o que facilita a coleta de dados.

Sendo assim, nos foi possível percorrer a totalidade dos Equipamentos que foram listados pela Secretaria da Juventude Esporte e Lazer; e da Secretaria de Cultura. Quanto à primeira foram seis: Av. parque (conhecida como Túnel Verde), Passeio público Ângelo Oliveira (conhecido popularmente como orla), Centro de Eventos, Bosque das Seringueiras, Ginásio Municipal (Ginásio coberto), Estádio Municipal Floro de Mendonça. Já a segunda um: a Casa de Cultura.

A partir da articulação entre os dados obtidos nas Secretarias, os registros de observações e o depoimento oral dos frequentadores, ficou explicitado que o direito ao lazer não é garantido da forma que deveria. Uma primeira observação a ser feita é a que diz respeito a área em que eles estão alocados, pois desse total, quatro estão na região central da cidade. Ligado a essa observação, destacamos uma outra questão: Em se tratando de um total de 25 bairros, mesmo que estes setes fossem espalhados não atingiria nem um equipamento a cada três bairros, o que no nosso entendimento é insuficiente.

Um terceiro aspecto analisado foi o estado de conservação dos equipamentos. Para facilitar a análise, dividimos em três grupos: "Bom estado de conservação" (aqueles que embora se tenha algo a reparar, não compromete a integridade do ser social que ocupa e não interfere no exercício de lazer) que compreende a Casa de Cultura, Orla e Estádio Municipal Floro de Mendonça; "Razoável estado de conservação" (aqueles que reformas são necessárias para se atingir o objetivo a que se propõe) como o Centro de Eventos, Av. Parque e Ginásio Municipal; e, por último o, "Péssimo estado de conservação" (aquele que ao equipamento, enquanto utensílios de lazer não existe, foi totalmente deteriorada) o Bosque dos Seringais.

Por último, analisar a forma com que tais equipamentos vêm sendo ocupados foi importante para nosso estudo. Através do registro das observações repetidas em turnos distintos (diurno e noturno), bem como em dias úteis/finais de semana e férias escolares, foi possível constatar que embora se tenha o espaço e que, portanto, o exercício do lazer é possível, os conteúdos a serem acessados não estão disponíveis ou não são organizados pelo poder público. Dos sete oficializados, apenas o Centro de Eventos e Orla oferecem atividades sistematizadas, no caso, ligadas ao bem-estar e a qualidade de vida à população há pouco mais de um mês.

Após feita essa apuração foi realizada uma discussão com os alunos de forma a podermos elevar a compreensão sobre o lazer numa perspectiva crítica. Pois, foi discutido tanto o papel da comunidade em preservar o seu próprio espaço de lazer, e, principalmente, a cobrança que tem de ser feita à prefeitura da cidade buscando tanto a conservação do espaço construído, como a construção de outros espaços de lazer, na medida em que o lazer é um direito social que precisa ser garantido.

Embora as pesquisas realizadas por Magnani (2015) tenha concentrado em grandes cidades brasileiras, os resultados aqui foram os mesmos,

> observam-se muitos pontos frágeis nos espaços e equipamentos já existentes, entre eles condições precárias de manutenção, conservação e revitalização, em que imperam a violência e o abandono por parte do poder público, entre outras questões – as quais geram barreiras para o uso pelos moradores e inibição da fruição do lazer os espaços públicos de lazer destinados exclusivamente às brincadeiras infantis, em parques e praças no

> Brasil, não são valorizados pelo poder público, ficando muitas vezes em segundo plano quando se pensa em manutenção, diversidade, segurança e desenvolvimento (Moro, 2012). Também detectou-se, em outra pesquisa sobre a temática (Tschoke, 2010), que existe um contraste entre o centro e a periferia das cidades quando se analisa a oferta de equipamentos de esporte, lazer e cultura destinados aos jovens de determinadas regiões urbanas, o que dificulta e até mesmo impede a apropriação desses ambientes (p.53).

Conforme aponta Silva "chegamos a um momento histórico em que nos damos conta de que a questão legal (certamente uma conquista histórica) não tem sido suficiente para garantir a concretização desses direitos sociais (2015, p. 161)". Sendo assim, outras ações devem ser pensadas para que se tenhamos chances de contribuir para que outra subjetividade seja construída.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa, reflexão e análises realizadas, afirma-se que os equipamentos de lazer em Itacoatiara além de serem escassos, são predominantemente centralizados nas regiões centrais, subutilizados, carentes de políticas públicas e se encontram em questionáveis estados de conservação.

Partindo do entendimento de que o Lazer constitui um importante tema a ser trabalhado na escola – principalmente num momento em que a lógica cultural do capitalismo tardio encontra no tempo de lazer um espaço livre para divulgação e venda de sua ideologia – é que chamamos a atenção para a necessidade de se criar condições para que os alunos (que além de tudo é ser social que tem como uma das atividades, dentre outras, o ensino) compreenda a importância de se discutir, criticar e modificar as apropriações dos artefatos culturais do Lazer. Uma educação para e pelo lazer.

Sendo assim, o presente trabalho procurou além de iniciar o caminho da pesquisa para os participantes, mostrar a importância, via escola, de se trabalhar com o lazer sobre uma perspectiva crítica, possibilitando ao aluno reconhecer a sua realidade na perspectiva de transformá-la. Além disso, procurou-se mostrar a desigualdade no acesso às vivências variadas no campo do lazer na cidade de Itacoatiara, refletindo um processo mais geral que vem acontecendo no Brasil, em que o acesso vem ficando cada vez mais restrito a um contingente menor de pessoas, graças a sua possível economicamente privilegiada na sociedade capitalista. Isso impõe a necessidade de se pensar e lutar por uma outra realidade, em que o lazer possa ser, de fato, um direito social amplo e irrestrito.

É importante sinalizar que, na medida em que, estamos submersos na lógica de um sistema que coloca as coisas acimadas pessoas, ou ainda que trata as próprias pessoas como coisas, a questão da educação como prática de liberdade e do lazer como prática de liberdade fica bastante comprometida. Sua realização exige esforço sistemático e coletivo pautado na compreensão de que

a humanização é um processo sempre inacabado, que depende da transformação do mundo e das condições materiais de existência em que os homens se encontram oprimidos e proibidos de ser.

Embora a constatação da contradição das realidades visitadas tenha sido cumprida com êxito, entende-se que se faz necessário dar continuidade ao debate em outras esferas da sociedade civil, pois o espaço de lazer deve ser tratado como uma questão de política pública. Nesse sentido, o próximo passo seria avaliar com os alunos o que poderia ser feito para transformar a realidade em que vivem e, além de tudo, aprofundar o entendimento dos nexos causais de tamanha desigualdade. Afinal de contas, tal problemática não está desconectada do todo da sociedade e muito menos pairando sobre ela, mas é parte do sistema. Romper com a visão do senso comum é uma árdua tarefa que deve ser buscada incessantemente. A Escola enquanto espaço de (des)conformação no sentido gramsciano não pode se furtar de tal.

Enfim, o atual momento histórico na acepção de Santos (2002) sugere três movimentos: o da fábula "da fábula" na qual são atribuídos aspectos positivos como democratização e acesso a direito para todos; o de fato, pautados na realidade concreta que foi destacada ao longo de várias pesquisas inclusive a nossa; e o de uma outra globalização, que possa ser construído uma rede de informação com vistas a emancipação humana, isto é, uma outra sociabilidade que possa fazer a travessia para a superação da sociedade capitalista.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRUHNS, Heloisa Turini (org.). Introdução aos estudos do lazer. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

DIAS. Graziany Penna. Lazer e educação física: relações para a ação pedagógica. In: JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da Cunha; MATIN, Edna Hernandez & LIRA, Luís Carlos (orgs.). Lazer, esporte e educação física: pesquisas e intervenções da Rede CEDES/UFJF. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2009, pp. 127-150.

DUMAZEDIER, Jofre. Sociologia empírica do lazer. São Paulo: Perspectiva, 1979.

FARINATTI, Paulo de Tarso Veras e FERREIRA, Marcos Santos. Saúde, promoção da saúde e educação física: conceitos, princípios e aplicações. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

GOMES, Christianne Luce e ISAYAMA, Hélder Ferreira. Multiplicidade de olhares sobre o lazer como direito social. In: GOMES, Christianne Luce e ISAYAMA, Hélder Ferreira (Org.). O Direito social ao lazer no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2015, pp. 1-6.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. 22. ed. São Paulo, Loyola, 1989.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. O direito social na cidade de nosso tempo. In: GOMES, Christianne Luce e ISAYAMA, Hélder Ferreira (Org.). O Direito social ao lazer no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2015, pp. 7-22.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer: concepções e significados. In: Revista do Centro de Estudos de Lazer e Recreação/EEF/UFMG, vol. 01, nº. 01, 1998, pp. 37-43.

_____. Estudos do Lazer: uma introdução. - 4ª ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

_____. Lazer e humanização. Campinas: Papirus, 1983.

_____. Pedagogia da animação. Campinas: Papirus, 1989.

_____. Lazer e educação. Campinas: Papirus, 1990.

MELO, Vitor Andrade de & JUNIOR, Edmundo de Drummond Alves. Introdução ao lazer. Barueri, SP: Manole, 2003.

RECHIA, Simone. Cidadania e o direito ao lazer nas cidades brasileiras: da fábula à realidade. In: GOMES, Christianne Luce e ISAYAMA, Hélder Ferreira (Org.). O Direito social ao lazer no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2015, pp. 45 -60.

SANTOS, Marcelo Silva & DIAS, Graziany Penna. Trabalho e lazer na infância e adolescência no século XXI: direito social ou inclusão excludente? In: ISAYAMA, Hélder Ferreira et al (orgs.) Coletânea do X Seminário – O Lazer em Debate. Belo Horizonte: UFMG/DEF/CELAR, 2009 pp. 62-69.

Santos, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro, Record (2002).

SILVA, Débora Alice Machado da. O lazer como campo: desafios à concretização do direito social em um Brasil "em construção" democrática In: GOMES, Christianne Luce e ISAYAMA, Hélder Ferreira (Org.). O Direito social ao lazer no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2015, pp. 157-182.

WERNECK, Christianne Luce (org.). Dicionário Crítico do Lazer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.